



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: J B T INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO LTDA**

Recorrida: ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contrarrazoante: ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Referente ao Processo nº 046/2024

Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2024, interposto pela empresa **J B T INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 27.168.027/0001-44, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 2200 – loja 02 – Centro – Araruama – RJ.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 14.133/2021, Art. 165, conforme os excertos seguintes:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 06/06/2024, encerrando-se na mesma data, quando, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 10 (dez) minutos ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021; e 39 do Decreto Municipal 2.740/2024.

III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 046/2024 referente ao pregão eletrônico para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE “A-Z” CONSTANTES NA TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), PARA ATENDER AOS MANDADOS JUDICIAIS, COM VISTAS À CONTEMPLAÇÃO DAS DEMANDAS DO SETOR DE REQUISIÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAQUAREMA/RJ.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

E ainda, conforme Art. 5º da Lei 14.133/2024, na aplicação da Lei de Licitações serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que habilitou a licitante recorrida.

IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE E MANIFESTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES:

A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:

I – SEJA ANULADO DO ATO QUE HABILITOU A EMPRESA ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, BEM COMO TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES ÀQUELE, DEVENDO SER RETOMADA A SESSÃO DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2024;

II – SEJA ENCAMINHADO AO DEPARTAMENTO TÉCNICO DA SECRETARIA REQUISITANTE, VISANDO ANÁLISE PORMENORIZADA DO REQUERIDO;

III – Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da legalidade, moralidade, e os demais princípios aplicáveis às licitações públicas, expressos na Constituição Federal e na Lei Federal n.º 14.133/21;

IV – No caso inesperado de se entender pela manutenção de decisão, seja a mesma devidamente motivada, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas, sendo o presente encaminhado, imediatamente à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, haja vista a clara e grave afronta aos princípios da administração pública, bem como à legislação pertinente,



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

onde esforços não devem ser medidos a fim de ver salvaguardados os direitos tanto dos licitantes quanto dos gestores públicos;

V – Seja instaurado procedimento visando aplicação de sanções previstas no item 23 do Edital em comento, uma vez que resta comprovado que a empresa ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA supostamente, tentou de forma premeditada e ostensiva, induzir o Pregoeiro a erro grosseiro.

A contrarrazoante ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA alega, resumidamente, e após requer que:

Diante do exposto, requer-se a Vossa Senhoria que seja negado provimento ao recurso interposto pela empresa J B T INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA, mantendo-se a habilitação da empresa ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, conforme decisão já proferida, por estar em total conformidade com a Lei 14.133/2021 e o edital do pregão.

Nestes termos, Pede deferimento.

V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

I – Do pedido de reconsideração da rejeição da proposta:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“No presente caso, referida empresa não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta, vejamos:

O edital, no item 11.4.2 previu claramente que:

“O Termo de Referência (Anexo I) deste Edital contém as exigências necessárias para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e que serão exigidos para fins de qualificação técnica.”

Prevendo, ainda, no Termo de Referência – Anexo I da peça convocatória, que:

“– No caso de EMPRESAS DISTRIBUIDORAS, além dos documentos referidos nos itens 6.1- 6.1.1 e 6.2- 6.2.1 e 6.2.2, quando cabível, o seguinte:

– Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação (art. 21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74).



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

– Com relação a MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS:

– Registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em favor do fabricante em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 6.360/76 e na Lei nº 9.782/99.”

Ocorre que a empresa deixou de ofertar Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação (art. 21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74) referente ao comércio de medicamentos especiais, conforme anexos, ferindo grosseiramente ao requerido no instrumento convocatório.

Destarte, tal documento não é hábil para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital, de forma que não atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

Neste interim, rogando ainda pelo principio de vinculação ao instrumento convocatório, mencionado alhures, o Edital requereu no item 11.3.4 a:

*“Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de **Habilitação Profissional**, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo.” (Grifo nosso).*

Ocorre, ainda, que, demonstrando seu total desprezo pelo instrumento convocatório, a empresa ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ofertou a Certidão de Habilitação Profissional vencida, conforme segue em anexo.

Deste modo a empresa ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA fere frontalmente a peça convocatória, uma vez que tal documento não está no rol dos documentos elencados e abarcados pela Lei 123/2006.”

Resposta a Recorrente:

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata bens ou serviços, e eterniza suas necessidades de contratar através da fase externa, sendo a mesma



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

reconhecida pela publicação do Edital de Licitação. A Administração Pública Municipal se pauta nos princípios administrativos reconhecidos pelo legislador que são: os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, e com base nesses princípios foi elaborado o processo administrativo que deu origem ao pregão eletrônico nº 90003/2024.

Inicialmente trago o que dispõe o Edital nº 90003/2024:

“11.4.2 O Termo de Referência (Anexo I) deste Edital contém as exigências necessárias para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e que serão exigidos para fins de qualificação técnica.”

Complementando, o que dispõe o Termo de Referência (anexo I):

“Qualificação Técnica

Com relação às EMPRESAS:

- Certidão de Regularidade Técnica, expedida pelo Conselho de farmácia de sua jurisdição (art. 55 da Resolução CFF nº 638/17).

“As empresas e os estabelecimentos que explorem serviços para os quais são necessárias atividades de farmacêutico, para que provem que estas são exercidas por profissional habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, inclusive quando a legislação exigir a presença em horário integral de funcionamento, deverão possuir certidão de regularidade técnica.”

6.2 - No caso de EMPRESAS PRODUTORAS, além do documento acima mencionado, quando cabível os seguintes:

- Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde, conforme os artigos 1º e 2º da Lei nº 6.360/76 e o art. 2º do Decreto nº 8.077/13;



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

- Autorização Especial de Funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde, quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I) e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, conforme o art. 2º da Portaria SVS/MS nº 344/98;
- Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme os artigos 1º e 2º da Lei nº 6.360/76 e o art. Do Decreto nº 8.077/2013.
- No caso de EMPRESAS DISTRIBUIDORAS, além dos documentos referidos nos itens 6.1- 6.1.1 e 6.2- 6.2.1 e 6.2.2, quando cabível, o seguinte:
- Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação (art. 21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74).
- Com relação a MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS:
- Registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em favor do fabricante em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 6.360/76 e na Lei nº 9.782/99.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.”

I - Da Análise das Orações Subordinadas:

A análise do edital e do termo de referência mostra que:

No contexto da frase "Autorização Especial de Funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde, quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I) e de suas atualizações, ou os medicamentos que



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

as contenham, conforme o art. 2º da Portaria SVS/MS nº 344/98," as orações subordinadas explicativas adicionam informações complementares e não essenciais à compreensão da frase principal. As explicações fornecem detalhes sobre quem emite a autorização, sob quais condições é necessária, e a base legal para a exigência, melhorando o entendimento das condições e requisitos sem alterar o sentido principal.

As orações subordinadas explicativas são:

1. "emitida pelo Ministério da Saúde" - Explica quem é responsável pela emissão da autorização.
2. **"quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I) e de suas atualizações" - Esclarece a condição específica em que a autorização é necessária.**
3. "ou os medicamentos que as contenham" - Adiciona que a autorização também se aplica aos medicamentos que contêm essas substâncias.
4. "conforme o art. 2º da Portaria SVS/MS nº 344/98" - Fornece a referência legal que fundamenta a exigência da autorização especial.

Desta forma, a exigência do edital de Autorização Especial de Funcionamento da empresa será vinculada à condição *"quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I) e de suas atualizações"*. Antes de continuar o julgamento, exponho que o edital de licitação se trata de objeto em que demanda ordens judiciais para sua execução, logo, não há previsão de demanda vinculante para medicamentos especiais, e ainda, é condição solicitada para "EMPRESAS PRODUTORAS".

Ao requerer documentos de habilitação para um processo licitatório ou contratação, é fundamental que sejam solicitados apenas os documentos da empresa que está participando diretamente do processo. Não é adequado nem necessário exigir documentos dos fabricantes dos produtos ou serviços oferecidos pela empresa licitante para fins de habilitação, condição explícita com as orações subordinadas *"além dos documentos referidos nos itens 6.1- 6.1.1 e 6.2- 6.2.1 e 6.2.2, quando cabível quando cabível"*, ou seja, condição a ser apresentada nas situações cabíveis e não para fins de habilitação da empresa distribuidora, *in verbis*:

*"- No caso de EMPRESAS DISTRIBUIDORAS, **além dos documentos referidos nos itens 6.1- 6.1.1 e 6.2- 6.2.1 e 6.2.2, quando cabível**, o seguinte:*



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

- Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação (art. 21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74)."

Ao ler a citação acima, conclui-se que as empresas distribuidoras deverão apresentar as licenças das empresas produtoras, quando cabível, ou seja, para fins de execução. É importante frisar que, ao contrário do aludido pela requerente, a licitante ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA apresentou Licença de Funcionamento (AFE) conferida pelo órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme previsto no edital.

A AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) é um documento emitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que autoriza uma empresa a realizar atividades específicas no setor de saúde, como fabricação, distribuição, importação, armazenamento e comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária.

A obtenção da AFE é um requisito legal para empresas que operam em áreas como medicamentos, produtos para a saúde, alimentos, cosméticos, saneantes e insumos farmacêuticos, entre outros. Este documento atesta que a empresa cumpre com todas as normas e regulamentos sanitários exigidos pela legislação brasileira, garantindo que seus produtos e serviços atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos.

O processo para obter uma AFE envolve a submissão de diversos documentos e informações à ANVISA, incluindo dados sobre a empresa, instalações físicas, equipamentos, procedimentos operacionais, controles de qualidade e, em alguns casos, qualificações técnicas dos profissionais envolvidos. Após a análise e aprovação desses documentos, a ANVISA emite a autorização, permitindo que a empresa exerça suas atividades legalmente.

Manter a AFE válida é fundamental para a continuidade das operações da empresa. A autorização pode ser suspensa ou cancelada se a empresa não cumprir com as regulamentações sanitárias ou se houver alterações significativas em suas operações que não sejam devidamente comunicadas e aprovadas pela ANVISA.

E ainda, é possível verificar o atendimento à legislação citada pelo recorrente, uma vez que a Lei 5.991/73 "Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências., e dá outras Providências.":

"Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Sala de Pregão Eletrônico



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei."

A recorrida apresentou AFE válida, com competência para Armazenar, Distribuir e Expedir medicamentos, conforme colaciono:

Dados do Cadastro		
Nº da Autorização	Data da Autorização	Situação
1.26002-0	02/08/2021	Ativa
Nº do Processo	Autorização	
25351.823889/2021-15	1 - Medicamento	
Atividades / Classes		
Armazenar		
• Medicamento		
Distribuir		
• Medicamento		
Expedir		
• Medicamento		

Voltar

33 25351.787333/2021-12 / 7826796 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823568211 COMERCIAL SÃO JUDAS TADEU DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. / 41.600.953/0001-78 25351.805979/2021-14 / 1259880 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2871061211 ELEVE COMERCIO E SERVICOS LTDA. / 38.027.865/0001-14 25351.823889/2021-15 / 1260029 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2908392216 rci medical comércio e importação de material médico ltda. / 34.177.622/0001-01 25351.800945/2021-16 / 8129064 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2855461219 MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0120-30

A empresa que participa da licitação deve apresentar todos os documentos que comprovem sua própria capacidade técnica, financeira, jurídica e administrativa. Esses documentos incluem, mas não se limitam a certidões de regularidade fiscal, balanços financeiros, comprovações de qualificação técnica e registros de qualidade.

Exigir documentos dos fabricantes pode criar uma sobrecarga desnecessária e causar atrasos no processo. Além disso, essa prática pode ser considerada como restritiva e desproporcional, prejudicando a competitividade e a igualdade de condições entre os participantes.



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

Portanto, para garantir um processo justo, transparente e eficiente, é imprescindível que a habilitação se baseie exclusivamente nos documentos da empresa participante, sem requerer informações adicionais dos fabricantes dos produtos ou serviços oferecidos, uma vez que o procedimento licitatório irá gerar obrigações legais diretamente com a licitante e não com seus fabricantes.

Por último, há de se citar que o termo de referência também faz uma menção das exigências com relação aos medicamentos, ou seja, dos produtos e por não existir citação de quais medicamentos serão demandados, considerando a natureza técnica do objeto, que demanda de ordens judiciais futuras e sem previsibilidade, **não foram requisitos de habilitação das licitantes:**

“- Com relação a MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS:

- Registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em favor do fabricante em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 6.360/76 e na Lei nº 9.782/99.”

II - Do Erro Material de Numeração e citação no Termo de Referência

Observa-se que o Termo de Referência foi formulado com erro material ao criar citações e numerações. Após o item 7.1.4, há um erro ao mencionar novamente o item 6.2, que já foi discutido anteriormente, criando uma incoerência no documento. Adicionalmente, as citações aos itens 6.1- 6.1.1 e 6.2.1 e 6.2.2 não existem, o que pode ter levado a uma conclusão equivocada por parte da recorrente. Essa falha de numeração pode causar confusão na interpretação dos requisitos e critérios estabelecidos, uma vez que faz citação de uma exigência de um item inexistente.

III – Da Certidão de Habilitação do Contador:

Contrariamente ao que alega a recorrente, a certidão de habilitação do contador da Eleve estava válida e presente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) no momento da licitação. A documentação requerida pelo edital foi, portanto, corretamente apresentada e validada, demonstrando a regularidade fiscal e contábil da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Sala de Pregão Eletrônico



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

E como prova, colaciono a certidão que estava junto ao balanço patrimonial da empresa no SICAF:



CRCRJ
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO RIO DE JANEIRO

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ERCILIO PESSANHA FILHO
REGISTRO..... : RJ-061890/O-0
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : ***.926.007-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO DE JANEIRO, 08/05/2024 as 11:55:21.
Válido até: 06/08/2024.
Código de Controle: 925625.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRJ.

IV - Princípio da Segregação de funções:

A recorrente solicita que o presente recurso seja encaminhado para o corpo técnico da Secretaria Municipal de Saúde, o que fere ao princípio da segregação de funções presente na Lei 14.133/2021, pois julgamento de habilitação não é uma competência da área requisitante.

A segregação de funções como princípio fundamental na Nova Lei de Licitações, visa evitar conflitos de interesse e garantir a imparcialidade e a transparência do processo. A lei estabelece que as funções devem ser divididas entre diferentes agentes, cada um com responsabilidades específicas, de forma a minimizar os riscos de erros e fraudes. As principais segregações são:



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

Planejamento e Execução: A pessoa ou equipe responsável pelo planejamento da licitação **não deve** ser a mesma que conduzirá o processo licitatório. Isso garante que o planejamento seja feito com imparcialidade e sem favorecimentos.

Julgamento das Propostas: A comissão de contratação, ou o agente de contratação, deve ser composta por pessoas distintas das que participaram da elaboração do edital, para evitar influências indevidas.

Fiscalização e Gestão do Contrato: A fiscalização da execução do contrato deve ser realizada por uma pessoa ou equipe diferente daquela que conduziu a licitação, assegurando uma fiscalização imparcial e rigorosa.

Controle Interno: Os órgãos de controle interno devem ser independentes dos agentes de contratação e das comissões de contratação, garantindo uma auditoria eficaz e autônoma.

A segregação de funções é uma medida essencial para promover a integridade, a transparência e a eficiência nos processos de contratação pública, prevenindo abusos e garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira correta e justa.

O agente de contratação possui um papel específico e limitado no processo de licitação e gestão de contratos, conforme mencionado anteriormente. Quanto à questão dos recursos, a Lei de Licitações estabelece que:

1. **Interposição de Recursos:** Os recursos contra atos da administração pública no âmbito das licitações devem ser dirigidos à autoridade que cometeu o ato a qual deseja se recorrer, que no caso em tela é o próprio agente de contratação.
2. **Análise e Julgamento:** Após a análise e julgamento pelo Agente de Contratação, cabe à autoridade competente analisar e julgar os recursos interpostos.

Quando o recorrente solicita que o recurso seja enviado diretamente para a secretaria requisitante, ele está ultrapassando as competências do agente de contratação porque:



PROCESSO Nº 046/2024

FLS. _____ RUBRICA _____

1. **Falta de Competência:** A secretaria requisitante não tem competência legal para decidir sobre recursos em processos licitatórios. Esta competência é da autoridade superior, conforme os procedimentos estabelecidos pela lei.
2. **Desvio de Procedimento:** Enviar recursos diretamente para a secretaria requisitante desviaria o procedimento correto e estabelecido pela legislação, comprometendo a regularidade e a imparcialidade do processo.

Deste modo, por não ser da competência do corpo técnico que elaborou o termo de referência julgar a licitação, não irei encaminhar os autos do recurso. Também há de se considerar que já serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Saúde.

V - CONCLUSÃO

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, com todas as fundamentações acima apresentadas.

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade e no mérito **nego-lhe provimento.**

Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 90003/2024.

Mantenho a decisão em declarar a licitante **ELEVE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** classificada e habilitada.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 17 de junho de 2024.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109